

SESSÕES DO PLENÁRIO

76ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 17 de agosto de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto e Zó.(57)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Zé Raimundo comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 06/07/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente. (**Oradores inscritos**)

Com a palavra o deputado Tom Araújo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Sr. Presidente, deputadas e deputados, minha amiga deputada Luiza Maia, que estava aqui na tribuna, eu ia permitir que V.Ex^a utilizasse o Pequeno Expediente, mesmo V.Ex^a tendo marcado a presença posteriormente. Tenho certeza de que V.Ex^a não é uma deputada, como muitos outros, que corre no momento de crise. Tenho certeza de que vai subir a esta tribuna pelo menos para pedir desculpa aos brasileiros e às brasileiras. Porque o que vimos ontem pelo Brasil afora foram manifestações de patriotas que foram às ruas para cobrar decência, dignidade e, principalmente, respeito pelo nosso povo e pela nossa gente.

Não adianta bradar e dizer que não. É lamentável vermos a quantidade de estudantes, donas de casa e pais de família ir para as ruas... Aliás, lamentável, não! Lamentável é o ato de estelionato cometido por esse governo, que a cada dia demonstra ter ido às eleições, à campanha eleitoral, mentindo, e inclusive a mentira tem sido a marca para conseguir o objetivo de vencer as eleições. E não foi diferente disso, tanto no governo federal como no governo do Estado.

Percebemos a quantidade de obras que estão paradas, paralisadas: PAC, obras do governo do Estado, e nada mais é do que a incompetência, a mentira que prevaleceu até as eleições de outubro de 2014.

Mas, nunca ouvi dizer que a mentira vai muito longe. A mentira tem perna curta, e esse governo está sofrendo agora as duras penas da mentira que foi cometida durante o período eleitoral. Quando os brasileiros e brasileiras vão às ruas hoje em dia – coisa que a gente nunca viu brasileiro ou brasileira fazer, somente lá atrás, não é o perfil do brasileiro ir para as ruas, nunca foi – demonstra o nível de insatisfação. A revolta faz com que saiam às ruas os brasileiros, que sempre foram um povo muito pacífico e um povo muito ordeiro, e, por isso, quando vai fazer manifestação, sabe fazer, faz com respeito e faz na passividade. Mas passividade não é porque está deixando de fazer manifestação nem de cobrar a fatura que o PT prometeu nas eleições de 2014.

A crise que o Brasil enfrenta é a impossibilidade de o povo do Brasil, os homens e mulheres deste País, ter a continuidade da compra de mais alimento em casa, a possibilidade de mais saúde e mais educação.

Mas, fico a me perguntar: que irresponsabilidade, que falta de noção o Partido dos Trabalhadores cometeu nos últimos anos? Além da mentira a irresponsabilidade. Mas, a irresponsabilidade, por quê? O Brasil estava num momento de estabilidade econômica, em que se aumentou a possibilidade de consumo dos brasileiros, e esse governo que aí está dizia que o Brasil é um país das possibilidades. Realmente é um país de possibilidades! Mas, possibilidades que o Brasil poderia ter enfrentado e

aproveitado para crescer muito mais. Porém o que vemos é a vergonha que esse partido nos deixa, e dever-se-ia, inclusive, unir todos seus membros em torno de uma única causa: um pedido de desculpas.

Eu quero deixar uma coisa aqui muito clara: não há mal que dure para sempre. Está acabando essa era daqueles que só fazem prejudicar o Brasil, o nosso povo, a nossa gente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur por 5 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, pessoas nas Galerias, o que me traz aqui hoje, obviamente, é para registrar a necessidade de fazermos uma ampla reflexão sobre as manifestações democráticas e pacíficas de um segmento quantitativo e importante de brasileiros e brasileiras nas ruas. Mas, para além das propostas que se encontraram ali, eu me fico perguntando quais são efetivamente as propostas para o nosso país.

O nosso líder Eduardo campos, se aqui estivesse, certamente saberia entender que é preciso colocar nossas diferenças de lado e perguntar: o que queremos para a educação? Para onde deve ir a saúde? Por que não votamos mais verbas para a saúde? Por que não votamos tantos projetos de interesse popular, que poderiam efetivamente fazer a diferença na vida de brasileiros? Qual o nosso papel enquanto legisladores, que temos a responsabilidade com o nosso país de colocarmos esses projetos em pauta, não as pautas bombas, mas com responsabilidade e com equilíbrio para poder realmente fazer a mudança na vida das pessoas?

De forma que aproveito esta tribuna para pedir esta reflexão, mas também compreendendo que temos hoje o Ministério Público Federal, aí estou pedindo para se lançar nos Anais desta Casa o apoio dos pares para a campanha que se lançou, pelo Ministério Público Federal, para colher assinaturas a um projeto de iniciativa popular, que deve recolher um milhão e meio de assinaturas, para ser efetivamente colocado em votação e aprovado.

A meta do Ministério é exatamente contra a corrupção. Meta essa que todos nós estamos debatendo e querendo combater e, inclusive, é meta prioritária do partido que representa o PSB.

Obviamente não vamos aqui ser hipócritas achando que vamos combater a corrupção apenas com leis. Já dizia um texto de João Ubaldo Ribeiro que a corrupção precisa ser combatida nas escolas, quando inibimos algumas práticas, seja de sonegação de impostos, seja de compra de senhas em filas, seja de falsificação de carteira de estudante, seja daquela esperteza crônica brasileira.

Mas, como deputada, obviamente, quero aliar-me às iniciativas que são

legítimas do Ministério Público e de várias Casas Legislativas, inclusive para apertarmos o cerco da impunidade. Assim, vou dizer para vocês os dez temas da campanha contra a corrupção: Prevenção à corrupção, transparência e proteção à fonte de informação, criminalização do enriquecimento ilícito de agentes públicos, aumento das penas de crimes hediondos para corrupção de altos valores, aumento da eficiência e da justiça dos recursos no processo penal, celeridade nas ações de improbidade administrativa, reforma no sistema de prescrição penal, ajuste nas nulidades penais, responsabilização dos partidos e criminalização do caixa 2; prisão preventiva para evitar a dissipação do dinheiro desviado; e recuperação do lucro derivado do crime.

Assim, incorporo-me a esse aperto penal no combate à corrupção, e parablenho o Ministério Público Federal, ao tempo que peço a esta Casa que também seja uma ferramenta de coleta de assinaturas.

Quero, no tempo que ainda me resta, dizer que apresentamos um requerimento para realizarmos uma sessão especial aos 85 anos da Associação Baiana de Imprensa (ABI), que, na verdade, é uma importante ferramenta democrática que se mantém como voz das ruas e, efetivamente, merece uma homenagem desta Casa.

Assim sendo, fazemos este discurso com esses dois temas, que no fim se juntam, Sr. Presidente. Queremos o combate à corrupção, manifestações democráticas, pacíficas e tolerantes, e uma imprensa forte, firme, neutra, pois assim construiremos o Brasil que queremos. Mas, precisamos dizer onde queremos chegar com a saúde, com a educação, com a segurança, com as propostas que temos para um País melhor.

E, certamente, sou uma cidadã que quero isso: combate à corrupção, punição, mais ética na política, mais transparência. Quero um Brasil com mais justiça social, um Brasil de todos e de todas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, mais uma vez subo a esta tribuna para chamar à reflexão os membros desta Casa sobre o papel que o Legislativo deve desempenhar para a construção daquilo que a deputada que me antecedeu acabou de falar.

Para termos um País mais justo, um Estado mais justo; para termos um País, efetivamente, com a participação popular; para termos um Estado que funcione em sua plenitude é necessário que as suas instituições cumpram o seu papel, e cumpram com harmonia, mas, sobretudo, com a independência que lhes é peculiar.

Volto ao assunto, e dele não me cansarei de aqui tratar, porque foi para isso que fui eleito e aqui me encontro, para defender as prerrogativas do Poder Legislativo e contribuir, de fato, com o engrandecimento do Estado.

Volto ao assunto porque esta Casa acaba de receber alguns projetos oriundos do Executivo. Todos com pedido de urgência. O que significa um pedido de urgência? Todos sabemos: não haverá discussão, não haverá apreciação, não haverá a possibilidade de construção desta Casa e o aperfeiçoamento da legislação que aqui chegou.

Tratam-se de três projetos: um que, mais uma vez, volta a esta Casa. Fora retirado pelo governo do Estado assim que apresentamos uma emenda modificativa a ele, que busca disciplinar as cobranças de débitos da dívida ativa não tributária. O governo retirou, e modificou a partir de questionamento feito por nossa emenda, uma evolução de fato. Mas, não se pode conceber que o governo permita a cobrança de honorários acima daqueles sucumbenciais por profissionais que não são da advocacia. É privativo da advocacia essa cobrança. Essa discussão quero trazer para esta Casa. Mas, é preciso que esta Casa se permita a isso, e não vote a urgência que o governo pretende.

Também o governo mandou um projeto que modifica a estrutura da previdência do funcionalismo público, o Funprev. E traz modificações que são, de uma olhada assim muito rápida, porque passamos a olhar agora pela manhã, profundas e comprometedoras na vida dos servidores públicos.

Vejam vocês no caso específico de um parágrafo só que eu olhei. Admitamos que um policial entrou hoje na corporação, e ele, com o risco que é peculiar, que é inerente à sua atividade, com 17 meses ele sofre um atentado em ação e vem a óbito. Sabia, deputada Fabíola, que a sua esposa não terá direito à pensão, porque ele não tem 18 meses de contribuição? Se a esposa do policial, mais ainda, não tiver dois anos de casada, não vai ter direito, ou o marido da policial não vai ter direito.

Então, é preciso que nos debrucemos sobre isso, e por isso é necessário que isso não seja feito em regime de urgência, sem que tenhamos sequer a capacidade de aperfeiçoar o projeto, o governo não demonstrar que ele está certo.

E um outro projeto que aqui chega também, o governo já tirou os consórcios regionais de saúde, - eu sou entusiasta dos consórcios – mas, o governo não ouviu esta Casa em nada. Depois de criado, de instalado, de definidas as regras, de ter mandado para as Câmaras de Vereadores, todas, a legislação necessária, o governo manda para esta Casa esse projeto para que seja permitido a participar dos consórcios que já foram criados, que já foram consolidados, que já existem. É um desrespeito a esta Casa feito pelo Executivo, mas, desrespeito maior é esta Casa aceitar o seu papel de mero homologador das ações do Executivo.

Por isso aqui o meu apelo a nós deputados, que nós nos valorizemos, que nós nos permitamos a poder apreciar, poder analisar e aperfeiçoar os projetos do governo.

Assim como está é nula a ação desta Casa.

Muito obrigado.

(Não foi revista pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, colegas da Imprensa, gostaria de lembrar que no dia 26 de maio protocolei, na Assembleia Legislativa do Estado, uma solicitação, um pleito, para que o governo permitisse o parcelamento do IPVA. Nós sabemos que existe uma inadimplência histórica e que ela se agravou com a crise, em relação ao pagamento do IPVA em todo o Estado da Bahia.

O nosso pleito, nosso projeto de lei, protocolado, pedindo esse parcelamento, e quando veio a esta Casa o Secretário da Fazenda, Dr. Manoel Vitória, eu fiz uma solicitação a ele pedindo que o governo, independente do projeto que nós colocamos aqui, que não vai caminhar, e se caminhar naturalmente, sendo pautado, daqui a pouco ele não será aprovado.

Eu não quero, na verdade, esse crédito para o meu mandato, que o governo fique com o crédito, esse crédito é para a sociedade baiana, para os contribuintes da Bahia, e que o governo tome a iniciativa de promover, imediatamente, deputado Luciano Ribeiro, esse parcelamento.

O Deputado Luciano Ribeiro é advogado e sabe, e tem acompanhado, tem ouvido juristas informando que a postura do governo de promover, na Bahia, apreensões de veículos em dívidas com o IPVA, com pendência, é ilegal, é uma posição arbitrária do governo do Estado. E hoje a Tribuna da Bahia estampa uma manchete que merece, carece de uma reflexão.

Diz a *Tribuna da Bahia*: “Dois em cada três carros da Bahia estão rodando com licenciamento vencido”. E traz um dado assustador: a Bahia tem uma frota de 3 milhões, 718 mil, 442 automóveis. E desses quase 4 milhões de automóveis, apenas 1 milhão, 289 mil e 80 veículos estão com a situação legalizada, tendo pago o IPVA. Isso é um escândalo. Significa 70% da frota da Bahia, de quase 4 milhões, rodando sem o pagamento do IPVA. Diz aqui a manchete: 2 em cada 3 veículos estão inadimplentes com o IPVA.

Portanto, queremos reforçar essa solicitação ao governo do Estado, para que venha permitir esse parcelamento, ou a direção desta Casa, o presidente Marcelo Nilo, venha a pautar para que os deputados possam votar. Mas, se o governo não quer dar esse crédito ao nosso mandato, se o governo não quer dar esse crédito a esta Casa, que ele tome a iniciativa de promover o imediato parcelamento, que vai trazer benefícios enormes para a sociedade baiana.

Por outro lado, o governo tem se caracterizado pela truculência e pela arbitrariedade em relação ao Detran. Permanece, de maneira equivocada, sustentando a cobrança das vistorias através de uma portaria ilegal, de uma portaria inconstitucional. Entramos com um decreto legislativo que está estacionado nesta Casa e que não anda para ser votado. Se votado, tenho quase certeza de que os deputados haverão de anular, de impedir que o governo, através de uma portaria do Detran, permaneça cobrando algo ilegal.

É bom, mais uma vez, lembrar. Eu gostaria de frisar que, lá em Brasília, o deputado José Carlos Aleluia entrou, nacionalmente, com 2 remédios jurídicos, porque há decisão no Supremo Tribunal Federal derrubando a vistoria em Brasília. Ele entrou com ação jurídica, com Ação Direta de Inconstitucionalidade, e entrou também com uma ação contra a cobrança ilegal aqui na Bahia junto ao Supremo Tribunal Federal. Mas hoje a nossa fala é para realçar a manchete da *Tribuna da Bahia*: “Dois em cada três carros da Bahia estão rodando com licenciamento vencido.”

Portanto, é o apelo que faço ao governo do Estado, principalmente ao secretário Manoel Vítório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o Líder da Oposição, deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos das Galerias Paulo Jackson, da imprensa, ontem, o Brasil viveu mais um momento de consolidação da democracia em nosso País. Em quase todos os Estados, nas suas principais cidades e nas suas capitais, a população foi à rua para mostrar sua insatisfação pela forma como o governo do PT vem conduzindo o processo político-financeiro e eleitoral do nosso País.

A população, hoje, na sua grande parte, demonstra grande vontade de mudança – lia-se nas faixas, via-se nas manifestações, dava para sentir, deputado Herzem Gusmão, a grande vontade de mudança. A demonstração que se deu, através de milhares de brasileiros, ontem, em todos os Estados federativos da nossa Nação, foi que o Brasil não aguenta mais tanta corrupção, tanto destrato com o dinheiro público e, acima de tudo, deputado Herzem Gusmão, com tanta falta de responsabilidade do governo federal na condução do processo político-econômico do nosso País.

Ficou bastante claro que a popularidade do governo Dilma Rousseff despenca a cada dia. O Brasil acorda de forma muito convincente que não concorda, ou até mesmo se sente enganado ao ter renovado o voto de confiança no governo Dilma. Esse mesmo governo, deputado Luciano Ribeiro, Líder do DEM, trai os brasileiros através das suas atitudes e da forma de governar.

Mas, também, deputado Luciano, quero falar sobre um assunto que V.Ex^a trouxe há pouco. Chegaram a esta Casa alguns projetos bastante polêmicos que podem mudar a vida das pessoas, a vida do servidor público estadual. Projetos para os quais o governo já pediu regime de urgência. Assim, esses projetos não serão debatidos nas comissões, deputado Fábio Souto, nem a Assembleia terá condições de se aprofundar ou conhecer melhor a matéria.

Aqui, Sr. 1º Vice-Presidente, deputado Adolfo Menezes, o presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo, dessa mesma cadeira em que V.Ex^a está, disse, alto e bom som, que admitiria mais que algum projeto do Executivo fosse votado a toque de caixa, em regime de urgência nesta Casa. Amanhã cobrarei aqui, no Plenário, essa posição do deputado Marcelo Nilo.

Esses projetos que chegaram a esta Casa na sexta-feira são de extrema importância para a vida das pessoas, mudarão a vida de muita gente. Quero ver como esta Assembleia se portará. Quero ver como os deputados da Oposição e da Situação se portarão. Os deputados da Situação, que em campanha se reúnem com sindicatos e servidores públicos, prometendo defendê-los, como se seus mandatos fossem a voz das categorias nesta Casa, quero ver como se portarão amanhã, votando o regime de urgência para projetos importantíssimos e polêmicos que mudarão a vida de muitas pessoas.

Desde já, quero dizer ao presidente Marcelo Nilo que amanhã farei a cobrança do que ele disse de sua cadeira de presidente: que não permitiria que os projetos do Executivo fossem votados nesta Casa a toque de caixa, sem passar pelas Comissões, para que os deputados tivessem condições de estudá-los ou tomar conhecimento sobre eles, e que esta Casa não continuasse sendo um mero carimbador do Poder Executivo.

Amanhã saberemos como esta Casa se portará em relação a esses projetos polêmicos e importantes que mexerão com a vida de diversos baianos.

Muito obrigado. Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, o deputado Roberto Carlos.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, povo que prestigia esta Casa, funcionários, imprensa, querido amigo deputado Bobô, V.Ex^a que tantas e tantas alegrias deu aos torcedores do Bahia, da equipe do Flamengo, do São Paulo e do Brasil, e que hoje está dando alegria a todos os desportistas, todos os baianos aqui na Assembleia Legislativa.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de convidar V.Ex^{as} para o ato de filiação, no dia 21 de agosto, próxima sexta-feira, do ex-deputado federal e ex-

prefeito de Juazeiro ao Partido Democrático Trabalhista, o nosso querido Joseph Wallace Faria Bandeira, grande parlamentar, três vezes deputado federal, duas vezes prefeito de Juazeiro. Foi um prefeito que sempre defendeu Juazeiro, nossa cidade, com muita ênfase.

Querido amigo deputado Zé Neto, quero convidar V.Ex^a também para comparecer ao ato de filiação do ex-deputado e ex-prefeito Joseph Bandeira.

Joseph Bandeira foi o único prefeito eleito na Bahia que, em 1989, teve a coragem e a determinação de votar em Luís Inácio Lula da Silva. Foi o único na Bahia, querido amigo Bobô! E quando muitos não acreditavam no presidente Lula, deputado Reinaldo Braga, e diziam que Lula era comunista, que iria comer as criancinhas, que ia não sei o quê, de repente, Lula conseguiu ser um grande político e foi presidente duas vezes do nosso país prestando grandes serviços à nação brasileira. Joseph teve a coragem de votar em Lula, em 1989, lembro-me muito bem porque o acompanhei.

E teremos a felicidade de contar, no dia 21 de agosto, com a filiação de Joseph Bandeira, com a presença do presidente nacional do PDT, Carlos Lupe, de vários prefeitos da região do Vale do São Francisco, de muitos deputados que já confirmaram a presença, do deputado e presidente do PDT Félix Mendonça Júnior, de muitas lideranças políticas e, tenho certeza, da população de Juazeiro que vai comparecer em massa.

Várias autoridades e políticos vão-se filiar ao Partido Democrático Trabalhista e gostaríamos imensamente de contar com a maioria absoluta dos deputados e deputadas da Assembleia Legislativa no ato de filiação e o Encontro Regional Norte do PDT, no dia 21 de agosto, no Clube dos Caçadores, em Juazeiro, Bahia, às 18 horas.

Agradeço, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Quero saudar os presentes, o meu amigo Paraná, – mestre de capoeira da minha Feira de Santa – e aqueles que nos acompanham pela televisão, Sr. Presidente.

Ainda ontem, assistimos mais um episódio do processo democrático posto no Brasil nesse importante momento histórico no qual todos nós estamos inseridos, episódio de momento democrático que só foi possível existir, concretizar-se, graças àqueles que foram de encontro à ditadura militar e a todos os outros meios opressores que, por décadas, centenas de anos, comandaram os destinos do nosso País. Um processo político junto com um processo de dificuldade econômica que,

evidentemente, acirra os ânimos dos brasileiros. E, insuflado por uma boa parte da mídia, cria uma combustão muito maior do que o que, de fato, existe no dia a dia do povo brasileiro em 2015.

Nas ruas, vi frases que, infelizmente, os que escreveram só estão reproduzindo porque vivem num país democrático. Mas deveriam ter vergonha de assumir certos posicionamentos extremamente reacionários, retrógrados e, em alguns casos, diria que fascistas. Mas essa não pode ser a tônica do que entendemos por democracia. O que entendemos por democracia é beber do que há de legítimo nas ruas. E não estou aqui para dizer que tudo que aconteceu nas ruas não deve ser ouvido. Ao contrário, sim, devemos interpretar as vozes das ruas, filtrar o que é legítimo e, também, deixar de lado e analisar com outros olhos o que é extremamente dissonante do que entendemos por democracia e do que entendemos por caminho para melhorar o Brasil.

As ruas querem um Brasil sem corrupção, nós também queremos. Queremos tanto que foi no nosso governo, iniciado no governo Lula, que se iniciou um processo de abertura, transparência e valorização das instituições democráticas e da Polícia Federal, Ministério Público e Judiciário. Foi no governo Lula que fizemos a CGU realmente existir e passar a fazer um papel importantíssimo de controle do bem público. Foi no governo Lula e no governo Dilma que a Procuradoria-Geral da República deixou de ser a procuradoria dos engavetamentos para ser a procuradoria dos enfrentamentos que têm sido feitos em defesa do bem e do patrimônio do povo brasileiro.

No mundo, a presidenta Dilma é reconhecida como a dama do enfrentamento contra a corrupção. Dentro do Brasil, uma parte da grande mídia, acostumada com os regimes totalitários, especialmente com o último regime militar, porque não foi somente um momento de ditadura que vivemos, ainda não percebeu que podemos muito, queremos muito e vamos muito distante com o povo brasileiro.

No mais, encerro dizendo aos partidos de oposição que deveriam ter um retrovisor para não apenas olharem para a frente e esquecerem o que fizeram no passado. Ao povo, todo o respeito, ao povo, todo o carinho, ao povo, todos os ouvidos. E o que há de legítimo nas ruas, nós concordamos, mas não ao golpe, não ao *impeachment*, não àqueles que, de forma cínica, diria, aparecem nas ruas como se santos fossem. Chega de Satanás pregando quaresma, chega de tanta hipocrisia na vida pública brasileira. Deveríamos e temos o dever de defender os interesses dos brasileiros. Mas, a oposição deveria, também, ter defendido, e continua se escondendo do debate, uma reforma política que garantisse a mudança de métodos. Chega de acharmos que vamos mudar o Brasil com os mesmos métodos de financiamento de campanha que faz com que o que o caixa dois ainda seja uma realidade na vida política brasileira. Querem mudar o Brasil? Vamos a uma mesa. Querem mudar o Brasil? Vamos a uma proposta comum de reforma política que realmente reformule os interesses da política, que tenha outros objetivos.

A Oposição tem de nós e sempre terá o respeito que merece, mas tem que também olhar para o Brasil não apenas com uma disputa de governo, com uma disputa de poder, deve olhar o Brasil com uma disputa de estado brasileiro. É preciso que tenhamos essa responsabilidade: sim à democracia, sim à luta democrática e sim àqueles que enxergam o Brasil não com o umbigo ou com o momento, mas com a perspectiva de construir e continuar construindo o Brasil com soberania e altivez.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos, depois o deputado José de Arimatéia.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, amigos que nos acompanham através das Galerias e *TV Assembleia*, ouvi atentamente o discurso do deputado Zé Neto. Com certeza o deputado Zé Neto não esteve ontem nas manifestações junto com os baianos e os brasileiros.

Quero dizer ao Líder do governo que eu estive lá e vi a presença da Oposição, mas vi uma presença maciça, deputada Fabíola Mansur, dos médicos, dos advogados, de todas as classes de profissionais liberais. Vi uma população extremamente insatisfeita e uma população que pedia o impeachment da presidente Dilma. Vamos fazer aqui uma reflexão: por que a população tem pedido o impeachment da presidente Dilma? Aí, deputado Zé Neto, quando a população pede o *impeachment*, não somos nós da Oposição que queremos dar o golpe não, o povo brasileiro com mais de 90% da população pedem que a presidente Dilma se afaste da presidência da República.

Deputado Zé Neto, a revolta do povo brasileiro é justamente pelo fato de a presidente Dilma, no período pré-eleitoral, ter assegurado ao povo brasileiro que a energia ficaria mais barata 18%, que os impostos estavam controlados e não subiriam e que o combustível não subiria de preço. Deputado Zé Neto, o povo ontem estava nas ruas a perguntar: cadê as promessas de campanha da presidente Dilma? Desapareceram, sumiram! E pergunto a V.Ex^{as} quem foi que deu o golpe no país? Quem deu o golpe no país foi o Partido dos Trabalhadores que enganou o povo brasileiro com promessas não cumpridas, se elegeu para presidente da República dizendo que daria uma realidade ao povo brasileiro e hoje esqueceu completamente das promessas feitas.

O deputado Zé Neto veio com declarações dizendo que a Oposição quer dar o golpe. É óbvio que a Oposição não quer dar o golpe. Ontem, mais de um milhão de brasileiros foram às ruas pedir que a presidente Dilma se afaste do cargo, porque as promessas que ela fez no período pré-eleitoral não foram cumpridas. E os escândalos de corrupção tomam conta de todas as estatais do país, o petrolão está aí para quem

quiser ver.

Primeiro veio o mensalão, depois veio o petrolão e das promessas ninguém fala mais. Ninguém fala mais do preço da energia, ninguém fala mais do preço do combustível que não para de subir, ninguém fala mais dos impostos que não param de subir, ninguém fala da violência, do desemprego. O Brasil está atolado em um mar de lama e eles vêm dizer que a Oposição quer dar o golpe. A Oposição não quer dar golpe nenhum. O povo brasileiro não está mais aguentando esse modelo de governo, um modelo atolado em corrupção e um modelo que não cumpre as promessas feitas no período eleitoral.

Só para reafirmar o que já disse anteriormente: quem deu um golpe no Brasil foi o Partido dos Trabalhadores, pois se elegeu para o cargo de presidente da República oferecendo promessas de campanha que não se concretizaram!

A presidente Dilma foi, em rede nacional, afirmar ao povo brasileiro que estávamos produzindo energia limpa! Ofereceu, em seu programa de campanha, deputados Bobô e Fabíola, que o povo brasileiro teria uma redução de 18% nas tarifas de energia elétrica. Nada disso ela fez.

O País está aí com uma inflação absurda, com um desemprego crescente, com a violência assustando as famílias e os trabalhadores.

Se olharmos para o lado, eu pergunto as V.Ex^{as}: Onde o nosso País avançou?

Respondo: em absolutamente nada!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- E é por esse motivo, deputado Adolfo Menezes, presidente desta sessão ordinária, que, ontem, mais de 1 milhão de pessoas foram às ruas para chamar a atenção daqueles que não tiveram como chegar até as ruas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Bem, as pesquisas do Ibope e do *Datafolha* já apontam uma rejeição da atual presidente da República em quase 90% por parte dos entrevistados, pois ninguém aguenta mais! O Brasil precisa reencontrar o caminho do progresso. Eu tenho certeza de que este governo está condenado e não conseguirá levar o Brasil para o caminho do progresso e do desenvolvimento.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Por 3 minutos, com a palavra o deputado Antônio Henrique.

O Sr. ANTÔNIO HENRIQUE JÚNIOR:- (Lê):- “Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, senhores e senhoras presentes, boa-tarde.

A questão da segurança pública em Barreiras, no Oeste baiano, tem tido toda a minha atenção desde o início do mandato. Para tanto, encaminhei, em 13 de maio do corrente ano, ao secretário da Segurança Pública da Bahia, um pedido de providências através do ofício nº 128/15.

Já no dia 16 de junho, o prefeito Antônio Henrique e o vice-prefeito Carlos Augusto Paê participaram da reunião técnica com o secretário estadual Maurício Barbosa. Na oportunidade, foi ratificada uma parceria entre o nosso município e o Estado da Bahia com relação ao nosso sistema de videomonitoramento nas principais vias e em pontos estratégicos da cidade de Barreiras, bem como a instalação do Distrito Integrado de Segurança Pública – Disep – que centralizará os sistemas de comunicação das Polícias Civil, Militar, Técnica e Corpo de Bombeiros.

Com isso, senhores, estarão garantidos os serviços eficientes e modernos na área da segurança pública para proporcionar uma ação rápida da polícia em situações de emergência.

No dia 25 de julho, comuniquei, pessoalmente, o andamento deste processo ao Dr. Carlos Freitas, coordenador da 11ª Coorpin – Coordenadoria Regional de Polícia do Interior – e ao delegado titular da 1ª Delegacia de Polícia Civil de Barreiras, Dr. Joaquim Rodrigues.

Pelas minhas andanças pela região Oeste, tenho ouvido muitas reivindicações. Reconheço que a comunidade barreirense tem clamado, com razão, por ações mais efetivas do Estado, porque, a exemplo do restante do País, a situação, realmente, tem de ser tratada de forma mais cuidadosa e mais abrangente possíveis.

Por esta razão, Sr. Presidente, registro, hoje, com satisfação, a visita do secretário da Segurança Pública da Bahia, Dr. Maurício Barbosa, a Barreiras na última sexta-feira, dia 14, para anunciar estas e outras benfeitorias que o governo da Bahia está levando para o setor da segurança pública no Oeste baiano como a aquisição de mais veículos para o Comando de Polícia Regional do Oeste.

Dessa forma, Srs. Deputados, prestamos a nossa colaboração para atender às demandas do nosso povo. Assim, identificam-se as suas necessidades e as suas prioridades encaminhando-as para o governo resolvê-las da melhor forma possível.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero informar que, amanhã, o governo do Estado volta a marcar presença em Barreiras e será representado pelo superintendente de Investimentos em Polos Turísticos, Fernando Ferrero, e pelo diretor de projetos da Setur, Antônio Sérgio Franco, para assinar a ordem de serviço para as obras do Parque Santo Cristo.

Esta é mais uma ação do governo que contribuirá para a melhoria das opções turísticas em nosso município.

Muito obrigado pela atenção.

Boa-tarde para todos.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Herzem, o deputado José de Arimatéia vai usar, por último, a tribuna. Depois o senhor faz a questão de ordem.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, imprensa, *Canal Assembleia*, venho a esta tribuna, primeiro, para registrar que sexta-feira foi o Dia do Cardiologista. Gostaria de parabenizar todos os 549 cardiologistas que existem na Bahia, representados, atualmente, pelo Dr. Júlio César Braga, que é cardiologista e conselheiro do Cremeb e, há 25 anos, exerce essa profissão, um médico atuante que trabalha também no Hospital Português, no Roberto Santos e no Hupe. Então, em nome dos 549, contando com o Dr. Júlio César Braga, quero parabenizar todos os cardiologistas.

Gostaria também de registrar, senhor Presidente, que na quinta-feira tivemos nesta Casa uma sessão especial em comemoração aos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na qual compareceu o palestrante Luciano Betiate, que relatou a história dos 25 anos do ECA, e também outras autoridades. Cada um teve a oportunidade de falar da importância dos 25 anos. Tivemos também a presença de vários conselheiros tutelares, que têm desenvolvido um papel muito importante em cada cidade, mesmo com toda a dificuldade. Mesmo com a ausência do Poder Público Municipal, os conselheiros têm “se virado nos 30”, senhor Presidente. Aqui também falei, e quero ratificar, que está tramitando nesta Casa um projeto de lei que institui o Dia Estadual do Conselheiro Tutelar, a ser celebrado anualmente na data de 25 de julho. Não poderia deixar de fazer esse registro nesta tarde e de, mais uma vez, parabenizar o ECA e também todos os conselheiros tutelares.

Na sexta-feira à noite, eu visitei a cidade de Poções, estive bem pertinho da cidade do meu amigo deputado Herzem Gusmão. Estivemos na câmara de vereadores da cidade, onde houve um ato de filiações ao Partido Republicano Brasileiro, e estavam presentes o prefeito Otto e o professor Rosalvo, presidente do PRB municipal. O PRB, com certeza, no próximo ano, quando teremos as eleições municipais, fará o mesmo que fez em 2014, quando foi o partido que mais cresceu no Brasil: aumentou a sua bancada no Congresso Nacional de 8 para 21 deputados federais e, de 25 deputados estaduais, foi para 36 em todo o Brasil. O partido tem hoje o Ministério do Esporte, na pessoa do deputado federal George Hilton, que é baiano da cidade de Alagoinhas. Esse é o partido que realmente tem mostrado ao Brasil e tem dado a sua contribuição. Por isso, senhor Presidente, mais uma vez, quero levar aos senhores deputados que, nesta quarta-feira, nós teremos uma audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor, na qual receberemos o diretor da Embasa. Será uma audiência pública muito proveitosa.

Temos a certeza de que os Srs. Deputados que estiverem presentes terão

oportunidade para fazer vários esclarecimentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Herzem Gusmão:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- Sr. Presidente, solicito a verificação de quórum para dar continuidade à sessão.

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes):- V.Ex^a será atendido. Temos a presença de apenas seis deputados.

Portanto, não havendo quórum, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.